

Dei Verbum e a Pontifícia Comissão Bíblica: Diálogo Entre Doutrina e Hermenêutica

*Dei Verbum and the Pontifical Biblical Commission:
Dialogue Between Doctrine and Hermeneutics*

*Chaybom Anttöne Rufino
Vicente Artuso*

Resumo

Este artigo examina a influência contínua da Constituição Dogmática *Dei Verbum*, do Concílio Vaticano II, na hermenêutica bíblica contemporânea, a partir da atuação da Pontifícia Comissão Bíblica. Partindo dos fundamentos teológicos da *Dei Verbum* — especialmente os conceitos de Revelação, inspiração, verdade salvífica e tríplice mediação (*Scriptura, Traditio, Magisterium*) — o estudo analisa como os documentos da Comissão representam uma recepção criativa e pastoral desse horizonte conciliar. São examinadas as contribuições de textos-chave como *A interpretação da Bíblia na Igreja* (1993), *A Bíblia e a moral* (2008), *Inpiração e verdade da Escritura* (2014) e *O que é o homem?* (2019), demonstrando como a Comissão articula fé e método, tradição e contemporaneidade, em sintonia com a missão eclesial de escutar, viver e anunciar a Palavra viva de Deus. Conclui-se que a Pontifícia Comissão Bíblica atua como expressão operativa da *Dei Verbum*, atualizando seus princípios com fidelidade e criatividade diante dos desafios atuais da exegese, da ética e da antropologia.

Palavras-chave: *Dei Verbum*. Pontifícia Comissão Bíblica. Hermenêutica bíblica. Revelação.

Abstract

This article explores the ongoing influence of the Dogmatic Constitution *Dei Verbum*, promulgated by the Second Vatican Council, on contemporary biblical hermeneutics through the work of the Pontifical Biblical Commission. Drawing from *Dei Verbum*'s theological foundations—particularly the concepts of Revelation, inspiration, salvific truth, and the triple mediation of Scripture, Tradition, and Magisterium—the study analyzes how the Commission's documents embody a creative and pastoral reception of the conciliar vision. Key texts such as *The Interpretation of the Bible in the Church* (1993), *The Bible and Morality* (2008), *The Inspiration and Truth of Sacred Scripture* (2014), and *What Is Man?* (2019) are examined, showing how the Commission integrates faith and method, tradition and contemporaneity, in service to the Church's mission of hearing, living, and proclaiming the living Word of God. The article concludes that the Pontifical Biblical Commission functions as an operative expression of *Dei Verbum*, renewing its principles with fidelity and creativity amid current exegetical, ethical, and anthropological challenges.

Keywords: *Dei Verbum*. Pontifical Biblical Commission. Biblical hermeneutics. Revelation.

Introdução

A promulgação da Constituição Dogmática *Dei Verbum* pelo Concílio Vaticano II, em 18 de novembro de 1965, marcou uma virada decisiva na compreensão teológica da Revelação divina e uma transformação hermenêutica duradoura na vida da Igreja. Entre os documentos mais influentes do Concílio, *Dei Verbum* se destaca como verdadeiro marco teológico e pastoral, ao oferecer uma nova integração entre Escritura, Tradição e Magistério, deslocando a Revelação de uma concepção meramente proposicional para uma dinâmica salvífica e relacional, centrada na Palavra viva de Deus¹.

¹ DV 1-26.

De forma inovadora, o documento reconhece que Deus se revela não apenas por palavras, mas por eventos salvíficos interpretados à luz da fé². A Sagrada Escritura, portanto, não é acolhida como letra estática, mas como testemunho inspirado da Palavra viva, transmitida no seio da Tradição apostólica e autenticamente interpretada pelo Magistério da Igreja³. Essa estrutura tripartite da Revelação — *Scriptura, Traditio e Magisterium* — passa a ser vista como um único movimento divino de comunicação com a humanidade.

Um dos aportes centrais da *Dei Verbum* consiste na sua compreensão da hermenêutica bíblica. O documento afirma, no §12, que “a Sagrada Escritura deve ser lida e interpretada à luz do mesmo Espírito mediante o qual foi escrita”, o que exige considerar o sentido literal, a unidade da Escritura, a Tradição viva e a analogia da fé⁴. Tal perspectiva rompe com abordagens reducionistas, quer sejam fundamentalistas, quer sejam racionalistas, e propõe uma leitura encarnada e espiritual, que une rigor acadêmico e fé eclesial.

Neste horizonte se insere o trabalho da Pontifícia Comissão Bíblica, organismo consultivo da Santa Sé, criado por Leão XIII em 1902⁵ e reformulado por Paulo VI em 1971⁶. Sua missão é oferecer suporte científico e teológico à Congregação para a Doutrina da Fé, auxiliando na tarefa de interpretar as Escrituras com fidelidade à tradição e atenção aos desafios contemporâneos. Especialmente após o Concílio, a Comissão passa a atuar como expressão operativa da teologia conciliar, promovendo o aprofundamento hermenêutico de *Dei Verbum* por meio de documentos que articulam fé e método, tradição e atualidade, Palavra e vida.

O presente artigo tem por objetivo analisar como os principais documentos da Pontifícia Comissão Bíblica — desde *A interpretação da Bíblia na Igreja* (1993) até *O que é o homem?* (2019) — representam uma recepção criativa, madura e pastoral dos princípios traçados por *Dei Verbum*. Em particular, busca-se demonstrar como a Constituição conciliar se torna, ao longo das décadas, horizonte hermenêutico vivo que continua a inspirar a leitura, a vivência e a teologia da Palavra de Deus no seio da Igreja.

² DV 2.

³ DV 9-10.

⁴ DV 12.

⁵ LEÃO XIII, PP., *Vigilantiae Studiique*.

⁶ PAULO VI, PP., *Sedula Cura*.

Como afirmado no §21, “a Sagrada Escritura deve ser para a teologia como que a alma”⁷ — e os documentos da Comissão Bíblica evidenciam que essa alma continua ativa, reflexiva e operante. A seguir, será analisado como *Dei Verbum* constitui o solo teológico fértil sobre o qual floresce o pensamento da Comissão, gerando frutos visíveis em sua produção doutrinal, exegética e pastoral.

1. A Hermenêutica de *Dei Verbum* como Solo Fértil para a Comissão

A Constituição dogmática *Dei Verbum*, promulgada pelo Concílio Vaticano II em 1965, constitui um marco paradigmático na compreensão católica da Revelação divina, da função da Sagrada Escritura e do papel do Magistério e da Tradição na vida da Igreja. Diferentemente de perspectivas anteriores, que acentuavam uma visão mais jurídica ou apologética da revelação, *Dei Verbum* oferece uma teologia da Palavra centrada na iniciativa amorosa de Deus que se comunica ao ser humano de modo histórico e pessoal, culminando na encarnação do Verbo⁸.

Um dos eixos centrais do documento é o reconhecimento da dupla natureza da Sagrada Escritura — simultaneamente divina e humana⁹ — que exige do intérprete uma hermenêutica capaz de respeitar a forma literária e histórica dos textos sem dissociá-los de sua origem inspirada. O texto conciliar articula essa tensão afirmando: “As palavras de Deus, expressas em linguagem humana, são totalmente semelhantes à linguagem humana, como o Verbo do eterno Pai, assumindo a carne da fraqueza humana, se fez semelhante aos homens”¹⁰.

Essa analogia entre a encarnação do Verbo e a composição das Escrituras fundamenta uma hermenêutica encarnada, sensível à linguagem humana e ao

⁷ DV 21.

⁸ DV 2.

⁹ A afirmação da dupla natureza da Sagrada Escritura — divina e humana — constitui um princípio fundamental da teologia bíblica, segundo o qual a Bíblia é, ao mesmo tempo, Palavra de Deus inspirada e palavra humana historicamente situada (DV 12). Em razão disso, a interpretação bíblica requer uma hermenêutica que considere os gêneros literários, os contextos históricos e a intenção dos autores sagrados, sem dissociar o texto de sua origem inspirada (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 2010). Tal perspectiva evita tanto o fundamentalismo quanto a redução da Escritura a mero documento histórico, integrando rigor crítico e leitura de fé no seio da tradição eclesial (RATZINGER, J., A interpretação bíblica em conflito).

¹⁰ DV 13.

contexto histórico dos textos, mas também atenta à sua densidade teológica e espiritual. Tal visão rompe com reducionismos literalistas ou meramente filológicos, promovendo uma leitura integrada da Escritura.

Em continuidade com essa proposta, o Concílio valoriza os métodos histórico-críticos como instrumentos legítimos de aproximação ao texto bíblico, mas insiste que tais métodos precisam ser inseridos em um horizonte maior de fé. A interpretação adequada deve considerar simultaneamente o sentido literal, o contexto canônico, a Tradição viva da Igreja e a analogia da fé¹¹. O parágrafo 12 é decisivo nesse ponto, ao afirmar que a leitura da Bíblia exige ser feita “no mesmo Espírito em que foi escrita”.

É precisamente sobre este fundamento teológico e eclesial que se estrutura a atuação da Pontifícia Comissão Bíblica, criada por Leão XIII em 1902 com o objetivo de promover o estudo e a defesa da Sagrada Escritura diante dos desafios intelectuais de seu tempo. Reformulada após o Concílio Vaticano II, sobretudo com o motu proprio *Sedula cura* de Paulo VI em 1971, a Comissão passou a integrar de modo mais direto a dinâmica da renovação conciliar, tornando-se um verdadeiro instrumento de recepção e desenvolvimento de *Dei Verbum*.

Sua missão, de caráter consultivo junto à então Congregação para a Doutrina da Fé (hoje Dicastério), consiste em oferecer fundamentos científicos, teológicos e eclesiais para a correta interpretação das Escrituras. Não se trata apenas de uma instância acadêmica, mas de um organismo magisterial de apoio, cuja função é articular com profundidade a exegese crítica e a fidelidade à tradição viva da Igreja.

O horizonte hermenêutico estabelecido por *Dei Verbum* — que propõe uma leitura das Escrituras “à luz do mesmo Espírito mediante o qual foram escritas”¹² — torna-se, assim, o verdadeiro solo fértil onde floresce a produção teológica da Pontifícia Comissão Bíblica ao longo das últimas décadas. Essa produção, marcada por equilíbrio, rigor e sensibilidade pastoral, reflete fielmente o espírito conciliar: trata-se de uma hermenêutica que une fidelidade e criatividade, docilidade ao depósito da fé e abertura às perguntas emergentes da cultura moderna.

¹¹ DV 12-13

¹² DV 12.

Além disso, *Dei Verbum* reafirma com clareza o papel do Magistério como servo da Palavra de Deus, cuja missão não consiste em criar doutrina, mas em preservar, interpretar e transmitir fielmente a Revelação recebida. Como afirma o texto conciliar: “Compete ao Magistério interpretar autenticamente a Palavra de Deus escrita ou transmitida; e o faz em nome de Jesus Cristo”¹³. Nesse contexto, a Pontifícia Comissão Bíblica atua como ponte entre a investigação científica e a autoridade magisterial, contribuindo para que a Igreja exerça sua missão de anúncio com solidez doutrinal e coerência pastoral.

Com efeito, os documentos da Comissão — como *A interpretação da Bíblia na Igreja* (1993)¹⁴, *O povo judeu e as suas Sagradas Escrituras na Bíblia cristã* (2001)¹⁵, *A Bíblia e a moral* (2008)¹⁶, *Inspiração e verdade da Sagrada Escritura* (2014)¹⁷ e *O que é o homem?* (2019)¹⁸ — testemunham o compromisso contínuo da Igreja com uma leitura viva, lúcida e teologicamente bem fundamentada das Escrituras, sempre em consonância com os princípios traçados por *Dei Verbum*.

Essa compreensão do Magistério como serviço à Palavra, e não como seu substituto, inspira diretamente a atuação da Pontifícia Comissão Bíblica. Seus documentos não têm autoridade magisterial própria, mas colaboram com o Magistério oferecendo respaldo exegético e teológico que favorece o discernimento doutrinal e pastoral da Igreja.

Essa convergência entre o espírito conciliar e a produção da Pontifícia Comissão Bíblica se manifesta claramente no documento *A interpretação da Bíblia na Igreja* (1993). Nele, reafirma-se a exigência de uma leitura que combine rigor histórico com abertura espiritual e eclesial. O texto observa que “a interpretação das Escrituras deve ser feita à luz do mesmo Espírito por quem elas foram escritas”, indicando que a exegese não pode separar-se da ação do Espírito Santo, nem da tradição viva da Igreja.”¹⁹

Dessa forma, *Dei Verbum* não apenas estabelece um marco doutrinal, mas oferece também um programa metodológico que continua a inspirar e

¹³ DV 10.

¹⁴ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*.

¹⁵ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *O povo judeu e as suas Sagradas Escrituras na Bíblia cristã*.

¹⁶ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A Bíblia e a moral*.

¹⁷ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *Inspiração e verdade da Sagrada Escritura*.

¹⁸ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, “O que é o homem?” (Sl 8,5).

¹⁹ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, 12.

orientar a exegese bíblica no contexto pós-conciliar. A Pontifícia Comissão Bíblica emerge nesse horizonte como instrumento de continuidade viva entre tradição e atualidade, entre fidelidade e criatividade, entre exegese e teologia. Sua missão pode ser compreendida como uma escuta atenta e qualificada da Palavra, inserida na vida da Igreja e voltada aos sinais dos tempos.

2. Três Documentos-Chave da Pontifícia Comissão Bíblica em Diálogo com *Dei Verbum*

A hermenêutica teológica proposta por *Dei Verbum* gerou, nas décadas seguintes ao Concílio Vaticano II, uma renovada reflexão bíblica no seio da Igreja. Nesse processo, a Pontifícia Comissão Bíblica assumiu a tarefa de traduzir os princípios conciliares em diretrizes exegéticas concretas. A seguir, analisam-se três documentos-chave que exemplificam esse esforço.

2.1. A interpretação da Bíblia na Igreja (1993)

O documento *A interpretação da Bíblia na Igreja*, publicado pela Pontifícia Comissão Bíblica em 1993, representa um desdobramento direto e maduro da hermenêutica proposta por *Dei Verbum*, particularmente no §12, onde o Concílio afirma a necessidade de considerar tanto o sentido literal quanto o espiritual da Sagrada Escritura. Este equilíbrio — entre análise técnica e dimensão teológica — tornou-se, desde então, critério norteador para a exegese católica. O documento reafirma a validade e a importância dos métodos histórico-críticos, reconhecendo-os como conquistas legítimas da ciência moderna. Ao mesmo tempo, adverte que, quando separados de uma perspectiva de fé, tais métodos não bastam para alcançar o pleno significado do texto bíblico. O documento afirma que “a exegese deve ser sempre orientada pelo Espírito, que inspira as Escrituras”, indicando que o exame científico deve abrir-se à dimensão espiritual, permitindo que o sentido pleno das Escrituras seja compreendido²⁰.

Essa posição remonta diretamente à perspectiva de *Dei Verbum*, que reconhece que a Escritura deve ser lida “no mesmo Espírito em que foi

²⁰ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, 12.

escrita”²¹, reafirmando a inseparabilidade entre ciência exegética e espiritualidade eclesial. A Pontifícia Comissão Bíblica, portanto, não rejeita os instrumentos da razão, mas os submete a um horizonte mais amplo: o da fé e da comunhão com a Tradição viva da Igreja.

Nesse horizonte, a Pontifícia Comissão Bíblica afirma que “a interpretação da Bíblia é de importância capital para a fé cristã”, justamente porque a Escritura não pode ser reduzida a um objeto isolado de veneração ou a um texto desvinculado da vida eclesial. O documento recorda ainda que “a Bíblia não é um livro como os outros: ela é o livro do povo de Deus”²², o que implica que a Palavra escrita deve ser acolhida e compreendida no seio da comunidade viva da fé. Desse modo, a interpretação das Escrituras revela-se inseparável da vida, da missão e da Tradição viva da Igreja, na qual a Palavra de Deus permanece atuante e eficaz.²³ Essa afirmação recupera o princípio da revelação pessoal e dialogal, subjacente a todo o edifício conciliar, onde a Escritura é entendida não como compêndio estático de doutrinas, mas como testemunho vivo da aliança entre Deus e o seu povo. Assim, o ato de interpretação não é apenas técnico ou acadêmico, mas eclesial e espiritual: ocorre no interior da comunidade crente, guiada pelo Espírito e pela mediação do Magistério.

De fato, como ensina o próprio Concílio, a leitura bíblica jamais pode ser isolada da Tradição viva da Igreja, nem do discernimento do Magistério, pois ambos formam, juntamente com a Escritura, o único depósito da Revelação divina²⁴. Essa concepção encontra eco explícito na abordagem da Comissão, que reitera: “a interpretação das Escrituras deve sempre ocorrer na comunidade de fé, sob a orientação do Espírito Santo, sem desprezar os instrumentos da razão e da ciência”. Nesse sentido, a leitura eclesial, marcada pela escuta e pelo discernimento comunitário, não substitui os métodos científicos, mas os orienta ao serviço da verdade revelada, integrando rigor acadêmico e fidelidade espiritual.²⁵ Portanto, o documento de 1993 pode ser visto como um verdadeiro ato de recepção madura do Concílio Vaticano II. Ele não apenas retoma os fundamentos hermenêuticos de *Dei Verbum*, mas os desdobra e aplica à prática

²¹ DV 12.

²² PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, I, A.

²³ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, I, A.

²⁴ DV 10.

²⁵ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, 12.

concreta da exegese, em diálogo com os desafios culturais e acadêmicos do mundo contemporâneo. Sua proposta é clara: uma hermenêutica da fé, que assume os instrumentos da razão sem absolutizá-los, e que reconhece a centralidade da Palavra como presença viva de Deus, confiada à Igreja e continuamente interpretada na história.

2.2. A Bíblia e a moral: raízes bíblicas do agir cristão (2008)

O documento *A Bíblia e a moral*, publicado pela Pontifícia Comissão Bíblica em 2008 e traduzido para o português em 2009, representa um desenvolvimento aplicado da hermenêutica proposta por *Dei Verbum* no campo específico da teologia moral. A partir dos fundamentos teológicos lançados nos §§21–26 da Constituição conciliar — que reconhece a Sagrada Escritura como fonte viva de formação espiritual, ética e eclesial — a Comissão propõe um itinerário hermenêutico que vai além da busca por prescrições legais, situando a moral cristã no contexto da história da salvação e da comunhão com Deus.

De onde vem essa citação?

A Bíblia não apresenta um código moral sistemático nem um compêndio jurídico de normas universais e imutáveis, funcionando antes como fonte de princípios orientadores para o agir moral do cristão. Esses princípios devem ser acolhidos na relação vivente com Deus, iluminada pelo Espírito Santo e fundamentada na escuta da Palavra, exigindo discernimento que integra a visão bíblica do ser humano, a conformidade com Cristo e a reflexão comunitária. A moral bíblica não se reduz a regras externas, mas se constrói na relação dinâmica entre Deus e o ser humano, na qual a liberdade responsável é iluminada pela revelação divina.²⁶ O agir moral não nasce, portanto, de uma obediência cega a mandamentos exteriores, mas de um encontro transformador com Deus que se revela e interpela o ser humano em sua liberdade.

Esse enfoque está em sintonia com o §10 de *Dei Verbum*, que descreve o Magistério como “servo da Palavra de Deus” — e, por extensão, todo esforço interpretativo como serviço à Revelação. O texto da Comissão explicita que a exegese moral deve partir da narrativa bíblica para discernir os grandes paradigmas éticos — como a justiça, a misericórdia, a fidelidade e a solidariedade — a fim de iluminar, à luz da Palavra, os dilemas morais que

²⁶ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A Bíblia e a moral*, 2-4.

afetam a humanidade em seu tempo. Como afirma o documento: “O agir moral do cristão nasce do encontro com a Palavra, que interpela, transforma e conduz à conformação com Cristo”²⁷. Essa abordagem bíblica da moralidade rompe com perspectivas moralistas ou casuísticas e inaugura uma ética relacional, enraizada na Aliança e fundamentada na dinâmica do chamado e da resposta.

Trata-se de uma moral encarnada, que considera o ser humano em sua totalidade e historicidade, e que reconhece a tensão permanente entre ideal evangélico e realidade concreta. A Escritura, nesse horizonte, não impõe regras fixas, mas oferece critérios para o discernimento moral à luz do Espírito e em comunhão com a comunidade eclesial.

A relevância do documento aumenta ainda mais diante dos desafios contemporâneos, como a bioética, os conflitos sociais, a ecologia integral e a dignidade da vida humana em contextos de vulnerabilidade. A Pontifícia Comissão Bíblica afirma que a Palavra de Deus mantém uma força normativa e transformadora ao longo de todos os tempos, desde que seja lida com inteligência espiritual e em sintonia com a tradição viva (§5). Como ressalta o documento, “a Palavra não perde sua autoridade ética quando não prescreve diretamente soluções, mas permanece norma viva quando interpela a consciência e forma o discernimento moral dos crentes”.²⁸ Desse modo, *A Bíblia e a moral* ilustra como *Dei Verbum* permanece operante: seu horizonte hermenêutico abre espaço para interpretações que unem fidelidade à Revelação e atenção ao contexto histórico, promovendo uma moral cristã inspirada, encarnada e dialogal.

2.3. Inspiração e verdade da Escritura (2014)

A reflexão proposta pelo documento *Inspiração e verdade da Sagrada Escritura: Palavra que vem de Deus e fala ao homem para a salvação*, publicado pela Pontifícia Comissão Bíblica em 2014, constitui um aprofundamento substancial das categorias centrais de *Dei Verbum*, especialmente quanto ao estatuto teológico da Escritura. A Comissão retoma e desenvolve o ensinamento conciliar contido no §11 da constituição dogmática, segundo o qual a Bíblia “ensina com certeza, fielmente e sem erro a verdade

²⁷ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A Bíblia e a moral*, 3-4.

²⁸ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A Bíblia e a moral*, 5.

que Deus quis que fosse consignada para nossa salvação”²⁹. Essa formulação, longe de sustentar uma concepção maximalista de inerrância, é compreendida no documento à luz da finalidade salvífica da Escritura.

Contra os reducionismos hermenêuticos de viés fundamentalista — que absolutizam a factualidade bíblica — e também contra o ceticismo histórico que desconfia de toda autoridade revelada, a Comissão propõe uma abordagem integradora, teológica e pastoral. A verdade das Escrituras não deve ser buscada apenas em termos de precisão factual, mas deve ser discernida a partir do dinamismo da Revelação e da finalidade do texto sagrado. O documento afirma com clareza: “A verdade da Escritura não deve ser reduzida ao aspecto factual ou histórico, mas compreendida à luz de sua finalidade salvífica e teológica”³⁰. Esse entendimento corresponde ao espírito de *Dei Verbum*, especialmente quando o Concílio recorda que os autores sagrados, ao escreverem sob a inspiração do Espírito Santo, expressaram “aquilo que Deus queria que fosse escrito para nossa salvação” (*Dei Verbum*, §11). Desse modo, a verdade da Escritura não se confunde com exatidão jornalística ou rigor cronológico, mas consiste em comunicar de forma fiel o plano salvífico de Deus.

Além disso, o documento de 2014 aprofunda o conceito de inspiração bíblica, compreendendo-a como ação contínua do Espírito Santo, não apenas no momento da redação, mas também na vida da comunidade eclesial que interpreta, escuta, proclama e celebra a Palavra. Isso confere à Pontifícia Comissão Bíblica um papel de mediação teológica entre a liberdade acadêmica da pesquisa exegética e a fidelidade magisterial da doutrina. Essa tensão, longe de ser antagônica, é apresentada como uma dinâmica fecunda de cooperação. O documento sublinha que “a missão da exegese e da teologia bíblica não é meramente explicativa, mas eclesial, pois visa tornar presente a Palavra viva no coração da Igreja e da cultura”. A afirmação enfatiza que a interpretação das Escrituras não se limita a uma análise acadêmica ou histórica; sua finalidade última é alimentar a vida da Igreja e comunicar a mensagem salvífica de Deus às comunidades e à cultura contemporânea.³¹

Essa afirmação remete à convicção central de *Dei Verbum*, expressa no §21, de que a Sagrada Escritura deve ser “a alma da teologia” e que os estudos

²⁹ DV 11.

³⁰ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *Inspiração e verdade da Sagrada Escritura*, 12.

³¹ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *Inspiração e verdade da Sagrada Escritura*, 13.

bíblicos são indispensáveis não apenas para a ciência teológica, mas para toda a vida da Igreja³².

Por fim, a Comissão propõe uma hermenêutica que reconhece a complexidade dos textos bíblicos, respeita sua historicidade, mas os lê como testemunho inspirado da Palavra viva que continua a falar à Igreja e ao mundo. O texto convida os exegetas, pastores e teólogos a colaborarem, cada um segundo sua vocação, na escuta dessa Palavra que, ainda hoje, “não volta sem produzir efeito” (Is 55,11).

2.4. “O que é o homem?” (Sl 8,5) — 2019

No campo antropológico, o documento *O que é o homem? Um itinerário de antropologia bíblica*, da Pontifícia Comissão Bíblica de 2019, retoma a questão fundamental do Salmo 8,5 – “Que é o homem para que dele te lembres?” – à luz da crise antropológica da modernidade, evidenciando que o entendimento do ser humano não pode ser dissociado da relação com Deus, que o criou à sua imagem e semelhança. Em sintonia com a Constituição Dogmática *Dei Verbum*, que afirma que “a Sagrada Escritura é a alma da teologia”³³, a Comissão propõe uma releitura integral da antropologia bíblica, percorrendo desde a criação até a escatologia, com especial atenção às novas questões sobre identidade, corporeidade, alteridade e destino humano.

O documento enfatiza que “a Bíblia oferece uma visão unitária do ser humano, que não separa corpo e alma, indivíduo e comunidade, liberdade e responsabilidade”³⁴. Essa compreensão relacional e encarnada da pessoa humana está profundamente vinculada à fé em Cristo, o novo Adão, que revela e ilumina a vocação do ser humano à comunhão. A antropologia bíblica, segundo o texto, não pode ser dissociada da história da salvação, na qual Cristo manifesta plenamente a dignidade e a vocação do homem à relação com Deus e com os outros.³⁵.

Do ponto de vista hermenêutico, o documento segue o que propõe a *Dei Verbum*, considerando a Palavra divina e a obediência a ela como critério

³² DV 21.

³³ DV 21.

³⁴ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, “O que é o homem?” (Sl 8,5), 5.

³⁵ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, “O que é o homem?” (Sl 8,5), 11.

fundamental. O itinerário da antropologia bíblica deve atender ao conteúdo e à unidade da Escritura³⁶Nesse sentido, a Comissão adota o processo interpretativo à luz do Espírito Santo, que age por meio da tradição evangélica e apostólica, do *sensus fidei* da Igreja e da sabedoria dos teólogos obedientes ao texto bíblico.³⁷.

O documento ressalta que “a Bíblia é Palavra de Deus na medida em que se dirige aos homens para que tomem decisões, orientando sua vida para o bem que é o próprio Deus”³⁸, ecoando *Dei Verbum*³⁹, que exorta o ser humano a prestar a Deus, que se revela, a obediência da fé, dando livre assentimento à verdade revelada. A abordagem antropológica é transversal, partindo de Gênesis 1-3, abrangendo toda a criação e considerando a origem, a natureza e o destino do ser humano. Ao interpretar Gn 2,4-7, sobre a criação do homem do pó da terra, o documento articula a caducidade humana observada nos livros sapienciais⁴⁰, aplicando uma hermenêutica que respeita a unidade da Escritura, conforme orienta *Dei Verbum*⁴¹.

Temas como o amor entre homem e mulher (Gn 2,23) são explorados tanto na tradição do Cântico dos Cânticos quanto nas questões históricas do matrimônio, expandindo-se para o Novo Testamento, com comentários sobre o ensino paulino acerca do matrimônio⁴². Esse procedimento evidencia o princípio hermenêutico da interpretação do Antigo Testamento à luz do Novo, conforme *Dei Verbum*, segundo o qual os livros do Antigo Testamento “obtêm e manifestam seu sentido completo no Novo Testamento”⁴³ (Mt 5,17; Lc 24,27; Rm 16,25-26; 2Cor 3,14-16).

Dessa forma, a antropologia proposta pelo documento é abrangente e articulada, percorrendo os temas fundamentais de Gn 1-3 e sua transversalidade na Escritura, e reforça que o estudo do homem, dentro da tradição cristã, só se comprehende plenamente à luz da Palavra de Deus. Assim, a missão da teologia não se limita a estudar o homem, mas conduzi-lo à consciência de sua vocação

³⁶ DV 12.

³⁷ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, “O que é o homem?” (Sl 8,5), 5.

³⁸ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, “O que é o homem?” (Sl 8,5), 11.

³⁹ DV 5.

⁴⁰ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, “O que é o homem?” (Sl 8,5), 23-26.

⁴¹ DV 12.

⁴² PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, “O que é o homem?” (Sl 8,5), 171-205.

⁴³ DV 16.

originária e escatológica, alinhando-se ao princípio conciliar de que a Sagrada Escritura é fundamento e guia de toda reflexão teológica⁴⁴.

A leitura da Escritura, portanto, não é um ato neutro, mas profundamente eclesial e espiritual. Como expressou Bento XVI, ela requer “uma hermenêutica da fé”, que esteja enraizada na comunhão da Igreja e ao mesmo tempo atenta às exigências culturais do tempo presente⁴⁵. A Pontifícia Comissão Bíblica encarna exemplarmente essa tensão criativa entre tradição e inovação, entre letra e Espírito, entre pesquisa rigorosa e fé viva. Seus documentos, mais do que respostas pontuais a temas isolados, constituem verdadeiras expressões operativas da *Dei Verbum*, atualizando sua fecundidade doutrinal, pastoral e espiritual.

Conclui-se, portanto, que os frutos da Comissão revelam que a Palavra de Deus, fielmente transmitida, meditada e interpretada no seio da Igreja, continua a interpelar, iluminar e transformar a existência humana em todas as suas dimensões. Trata-se de um testemunho eloquente de que *Dei Verbum* permanece um texto vivo, que respira nas entradas da Igreja e orienta seu caminhar em meio às complexidades da história.

Conclusão

A trajetória da Pontifícia Comissão Bíblica, especialmente após o Concílio Vaticano II, expressa de modo singular o que se pode chamar de o “espírito vivo” da *Dei Verbum*. A Constituição Dogmática não se limita a um marco textual ou normativo da teologia católica moderna; ela se configura como fonte vital, continuamente a inspirar, animar e orientar a vida da Igreja na escuta, interpretação e vivência da Palavra de Deus. A atuação da Comissão, nesse contexto, representa a mais nítida expressão de fidelidade criativa a esse sopro conciliar, conjugando raízes firmes na Tradição com abertura vigilante às perguntas e desafios do mundo contemporâneo.

Ao analisarmos documentos como *A interpretação da Bíblia na Igreja* (1993), *A Bíblia e a moral* (2008), *Inspiração e verdade da Escritura* (2014) e *O que é o homem?* (2019), torna-se evidente que a Comissão Bíblica não apenas reflete os princípios de *Dei Verbum*, mas os encarna de modo operativo e pastoral. Tais documentos funcionam como verdadeiros instrumentos eclesiás-

⁴⁴ DV 24.

⁴⁵ RATZINGER, J., A interpretação bíblica em conflito.

de atualização da Revelação, traduzindo as intuições teológicas do Concílio em diretrizes acessíveis, rigorosas e profundamente comprometidas com a missão evangelizadora da Igreja. A função da Comissão é análoga à do fermento na massa: silenciosa, mas essencial para o crescimento e maturação hermenêutica da comunidade eclesial.

Todos esses documentos ecoam de maneira constante a intuição do §12 da *Dei Verbum*, segundo o qual a Escritura deve ser lida “à luz do mesmo Espírito mediante o qual foi escrita”. Essa orientação não é mero adorno retórico, mas um verdadeiro programa teológico e espiritual. A Comissão, fiel a essa diretriz, promove uma interpretação das Escrituras onde fé e razão, ciência exegética e vida eclesial, método e oração, caminham juntas numa tensão fecunda. Assim, a Tradição se mostra como um espaço dinâmico e dialogal de recepção e discernimento, no qual a Palavra de Deus continua a ser acolhida com reverência e traduzida em novos contextos culturais e pastorais.

A Pontifícia Comissão Bíblica evidencia que a Tradição não é estática, nem um depósito cristalizado de fórmulas do passado. Ao contrário, seus documentos revelam uma compreensão da Tradição como espaço vivo de escuta do Espírito e de fidelidade à voz de Deus que ressoa nas Escrituras. Por isso, suas produções não são tratados doutrinários rígidos, mas respostas eclesiás lúcidas e pastorais a perguntas emergentes: o lugar da mulher na Bíblia, os limites do método histórico-crítico, os fundamentos éticos cristãos, os desafios antropológicos e o discernimento da verdade bíblica frente ao relativismo.

Essa dinâmica de escuta e resposta confirma o que Bento XVI, ainda como Cardeal Ratzinger, afirmou com lucidez: “a Escritura deve ser interpretada na Igreja e com a Igreja”. Isso significa que somente no seio da fé eclesial, iluminada pelo mesmo Espírito que inspirou os textos, é possível acolher plenamente o seu sentido salvífico. A Pontifícia Comissão Bíblica representa esse “lugar teológico” privilegiado: um espaço onde a Escritura é lida com rigor acadêmico, mas também com espírito orante, sensibilidade pastoral e fidelidade magisterial.

Em síntese, a Pontifícia Comissão Bíblica é um exemplo concreto de como uma visão autenticamente tradicional pode ser, ao mesmo tempo, profética. Enraizada nas fontes apostólicas e nas diretrizes do Magistério, ela se mantém aberta aos novos clamores do coração humano, às linguagens da cultura contemporânea e aos horizontes das ciências bíblicas. Sua atuação não

se resume à defesa da ortodoxia, mas visa cultivar e fazer frutificar a Palavra — num espírito de discernimento, diálogo e missão.

Portanto, *Dei Verbum* permanece viva não apenas como um documento do passado conciliar, mas como um espírito em movimento, pulsando no coração da Igreja através de vozes como a da Pontifícia Comissão Bíblica. É por meio dessa fidelidade criativa — que une doutrina e vida, tradição e renovação, escuta e anúncio — que a Igreja continua a ouvir, proclamar e testemunhar a Palavra que salva: ontem, hoje e para sempre.

Referências bibliográficas

CONCÍLIO VATICANO II. *Dei Verbum*: Constituição dogmática sobre a Revelação Divina. In: CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Documentos do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2002. p. 347-367.

LEÃO XIII, Papa. **Vigilantiae Studiique**: carta apostólica sobre os estudos bíblicos, 30 out. 1902. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/romancuria/pt/pontificie-commissioni/pontificia-commissione-biblica/profilo.html>>. Acesso em: 19 ago. 2025.

PAULO VI, Papa. **Sedula Cura**: Motu Proprio, 27 jun. 1971. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/paul-vi/it/motu_proprio/documents/hf_p-vi_motu-proprio_19710627_sedula-cura.html>. Acesso em: 04 set. 2025.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **A interpretação da Bíblia na Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1994.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **A Bíblia e a moral**: raízes bíblicas do agir cristão. São Paulo: Paulinas, 2009.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **Inspiração e verdade da Sagrada Escritura**. Vaticano, 2014. Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/pcb_documents/rc_con_cfaith_doc_20140930_ispirazione-verita-bibbia_po.html>. Acesso em: 19 ago. 2025.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **O povo judeu e as suas Sagradas Escrituras na Bíblia cristã**. Vaticano, 2001. Disponível em:

<https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20020212_popolo-ebraico_po.html>. Acesso em: 19 ago. 2025.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. “**O que é o homem?” (Sl 8,5)**: Um itinerário de antropologia bíblica. Brasília: Edições CNBB, 2022.

RATZINGER, Joseph. **A interpretação bíblica em conflito**: problema das bases e orientações para o futuro. São Paulo: Paulinas, 1994.

Chaybom Anttöne Rufino

Doutor em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Campinas / SP – Brasil
E-mail: chaybom.rufino@gmail.com

Vicente Artuso

Doutor em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Docente na Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Curitiba / Paraná – Brasil
E-mail: vicenteartuso@gmail.com

Recebido em: 20/08/2025

Aprovado em: 26/12/2025